

Ano XXVI nº 6712 – 02 de dezembro de 2022

Funcionários reivindicam fortalecimento do BB público na equipe do governo eleito

Representantes do funcionalismo do Banco do Brasil entregaram à equipe de transição do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva um documento, em que solicitam o fortalecimento de dois tipos de BB. “Um para competir com o mercado, inclusive regulamentar esse mercado. E, um segundo BB, com atuação nas comunidades distantes, com um orçamento voltado para a área social, para a agricultura familiar, para as micro e pequenas empresas, pro micro empreendedor individual, para as cooperativas de produção”, destacou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, em entrevista ao Podcast Associados Previ, uma iniciativa dos diretores e conselheiros eleitos pelos associados da entidade.

“Além de fortalecer o papel do BB como banco público, estamos apresentando no governo de transição um debate sobre o banco que o funcionalismo quer, e como esse banco deve tratar os trabalhadores, com respeito e dignidade, a partir de contratações via concursos, com abertura de mais agências, sempre prezando a sustentabilidade do banco”, pontuou Fukunaga, reforçando que, dentro do grupo de transição, os funcionários do BB contam com auxílio de Marcel Barros, que foi diretor da Previ e hoje é presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Beneficiários de Saúde Suplementar de Autogestão (Anapar).

Outros debates sobre o BB levados para a equipe de transição são a realização de concursos para aumentar o número de funcionários do banco público e a ampliação de agências nas periferias e localidades menos desenvolvidas.



Mais pobres se endividam para comprar comida e pagar contas, enquanto ricos gastam para empreender

Com uma inflação alta e mercado de trabalho precarizado, reflexo da reforma trabalhista e da política ultraliberal do governo Bolsonaro, os brasileiros das classes C, D e E tomam empréstimo para comprar comida e pagar contas básicas do dia a dia. É o que aponta o Instituto de Pesquisa Plano CDE.

Os dados demonstram a situação grave que a maioria da população enfrenta. Considerando todas as classes, 42% dos mais pobres afirmam ter alguma dívida em atraso, o que significa que o crédito como complemento de renda é um caminho para o superendividamento.

Os brasileiros se viram como podem para sobreviver. Aumento na carga de trabalho (horas extras, bicos, trabalhos temporários) e vendas de bens costumam ser as alternativas mais utilizadas para conseguir pagar as contas.

Quando o recorte é feito entre os mais ricos, o cenário muda completamente. Nesse grupo, o principal motivo para contratar empréstimo é ampliar o investimento no próprio negócio, aponta a pesquisa.

Cortes na saúde podem chegar a R\$ 60 bilhões

O governo Bolsonaro vai deixar um rastro de destruição que compromete a assistência à saúde de milhões de brasileiros. O orçamento para a área no próximo ano pode ter redução de R\$ 60 bilhões na comparação com 2022. Parte da verba, segundo denúncias, foi utilizada para o orçamento secreto, na tentativa fracassada de reeleger o presidente.

O desmonte da saúde pública foi denunciado pelo CNS (Conselho Nacional de Saúde) à ONU (Organização das Nações Unidas). Caso o atual texto seja mantido, a assistência aos povos indígenas, a farmácia popular, a distribuição de vacinas, a prevenção e tratamento de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) estão comprometidos. Como exemplo, na lei orçamentária de 2022, o gasto previsto com a assistência aos povos indígenas foi de R\$ 1,4 bilhão. Para 2023, está previsto R\$ 606,8 milhões.

O orçamento para o ano que vem ainda está em negociação. O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e a equipe de transição buscam emplacar uma PEC com gastos de R\$ 200 bilhões fora do tenebroso Teto de Gastos, para financiar os programas sociais.